

NOVONOR AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2025

NOVONOR AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Novonor Ambiental Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Novonor Ambiental Participações S.A. (“Companhia” ou “NA Par”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Novonor Ambiental Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de maio de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 01.3846/O-1

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'André Silva Moura'.

André Silva Moura
Contador CRC 1 SP 300564/O-7

Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
1. Informações gerais	13
2. Base de preparação das Demonstrações Financeiras	14
3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	17
4. Gestão de risco financeiro.....	18
5. Instrumentos financeiros por categoria - Consolidado	19
6. Caixa e equivalentes de caixa	20
7. Fundos restritos	20
8. Sociedades do grupo Novonor	22
9. Tributos a recuperar – Consolidado	23
10. Tributos a pagar	23
11. Investimentos.....	23
12. Provisão para processos judiciais – Consolidado.....	24
13. Patrimônio líquido	26
14. Despesas por natureza	27
15. Resultado financeiro, líquido.....	28
16. Imposto de renda e contribuição social correntes	28

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de Reais

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	157	1	50.862	57.443
Fundos restritos	7	9.805		9.805	
Sociedades do grupo Novonor	8			180	
Tributos a recuperar	9	30		4.724	4.284
Outros ativos				303	472
		9.992	1	65.874	62.199
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Sociedades do grupo Novonor	8	7.852	17.552	18	570
Depósitos compulsórios e judiciais				745	814
		7.852	17.552	763	1.384
Investimentos	11	56.431	53.555		
		64.283	71.107	763	1.384
		74.275	71.108	66.637	63.583
Total do ativo					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de Reais

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivo e patrimônio líquido	Notas				
Circulante					
Fornecedores		22		1.441	1.209
Salários e encargos sociais				682	409
Tributos a pagar	10	52		1.026	823
Sociedades do grupo Novonor	8			3.927	4.130
Outros passivos				2.966	3.012
		74		10.042	9.583
Não circulante					
Sociedades do grupo Novonor	8	21.933	21.933	644	644
Provisão para contingências	12			2.906	3.404
Outros passivos	12			777	777
		21.933	21.933	4.327	4.825
Patrimônio líquido					
Capital social	13 (a)	16.127	16.127	16.127	16.127
Reserva de capital	13 (b)	368.720	368.720	368.720	368.720
Reservas de lucros	13 (c)	325.492	322.399	325.492	322.399
Ajuste de avaliação patrimonial	13 (d)	(658.071)	(658.071)	(658.071)	(658.071)
		52.268	49.175	52.268	49.175
Total do passivo e patrimônio líquido		74.275	71.108	66.637	63.583

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	14	(67)		(3.097)	(4.751)
Outras receitas (despesas), líquidas	1			(552)	1.169
Resultado de participação societária	11 (b)	2.876	2.298		
Lucro (prejuízo) operacional		2.809	2.298	(3.649)	(3.582)
Resultado financeiro, líquido	15	328		7.699	6.604
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.137	2.298	4.050	3.022
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	(44)		(957)	(724)
Lucro do exercício		3.093	2.298	3.093	2.298
Lucro básico por lote de mil ações das operações continuadas (expresso em R\$)	12 (e)			1,82	1,35

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado abrangente
Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Lucro do exercício	3.093	2.298	3.093	2.298
Total do resultado abrangente do exercício	3.093	2.298	3.093	2.298
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			3.093	2.298
			3.093	2.298

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de Reais

		Atribuível aos acionistas da controladora						
Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva especial	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total
					Reserva de lucros a realizar			
Em 1 de janeiro de 2024	16.127	368.720	3.225	126.317	190.559		(658.071)	46.877
Resultado abrangente do exercício:								
Lucro do exercício						2.298		2.298
Total do resultado abrangente do exercício						2.298		2.298
Transação de capital com acionistas:								
Constituição de reservas do exercício	13			575	1.723	(2.298)		
Em 31 de dezembro de 2024	16.127	368.720	3.225	126.892	192.282		(658.071)	49.175
Resultado abrangente do exercício:								
Lucro do exercício						3.093		3.093
Total do resultado abrangente do exercício						3.093		3.093
Transação de capital com acionistas:								
Constituição de reservas do exercício	13			773	2.320	(3.093)		
Em 31 de Dezembro de 2025	16.127	368.720	3.225	127.665	194.602		(658.071)	52.268

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de Dezembro de 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.137	2.298	4.050	3.022
Ajustes				
Equivalência patrimonial	(2.876)	(2.298)		
Provisão para contingências			(498)	20
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	(351)		(562)	(74)
	(90)		2.990	2.968
Variações nos ativos e passivos				
Tributos a recuperar	(30)		(271)	926
Depósitos compulsórios e judiciais			69	637
Outros ativos			170	(50)
Fornecedores	22		232	(69)
Salários e encargos sociais			273	(574)
Tributos a pagar	52		(209)	223
Sociedades do grupo Novonor			366	290
Outros passivos			(22)	46
Caixa proveniente das operações	(46)		3.598	4.397
Imposto de renda e contribuição social pagos	(44)		(545)	(882)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(90)		3.053	3.515
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Fundos restritos	(9.454)		(9.454)	
Dividendos recebidos	9.700			
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	246		(9.454)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Partes relacionadas				
Recursos pagos			(180)	(87)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos			(180)	(87)
Aumento líquido (redução líquida) de caixa e equivalentes de caixa	156		(6.581)	3.428
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1	57.443	54.015
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	157	1	50.862	57.443

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Informações gerais

A Novonor Ambiental Participações S.A. (“Companhia” ou “NA Par”), com sede em São Paulo - SP, foi constituída em 2013 e tem como objetivo investir e operar projetos ambientais, bem como prestar serviços relacionadas à gestão de recursos hídrico, saneamento e manejo de resíduos, por meio de suas controladas diretas e indiretas, coligadas e controladas em conjunto (coletivamente denominadas “Grupo”).

As atividades do Grupo incluem, entre outras, a captação, tratamento e distribuição de água; coleta e tratamento de esgoto, inclusive para fins de reuso; gestão de resíduos urbanos e industriais; remediação ambiental; e operação de sistemas de água e esgoto em contratos de concessão e parcerias público-privadas.

A Companhia, na qualidade de controladora, encontra-se em processo de reorganização de suas atividades, direcionando seus esforços para a prospecção e avaliação de novas oportunidades de atuação no setor ambiental. Nesse sentido, vem desenvolvendo estudos de mercado, analisando potenciais projetos e participando de processos seletivos e leilões de concessões, com o objetivo de promover a gradativa recomposição de seu ciclo operacional.

Embora a retomada plena das operações ainda esteja em curso, a Companhia mantém estrutura administrativa e operacional compatível com a continuidade de suas atividades, assegurando as condições necessárias para seu reposicionamento estratégico no setor.

A Companhia é parte integrante do Grupo Novonor, por meio do controle direto exercido pela Novonor S.A. - Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

1.1 Principais movimentações societárias e eventos relevantes

Em 19 de fevereiro de 2024, em decorrência do encerramento do Consórcio Odebrecht Ambiental – Oceanpact (“Consórcio”), ingressaram recursos no montante de R\$ 679, referentes a pedidos de restituição de contribuições previdenciárias incidentes sobre cessão de mão de obra e empreitada. Os valores foram recuperados por meio de Pedidos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP.

Em 28 de fevereiro de 2024, ingressaram recursos no montante de R\$ 2.190, decorrentes do êxito na Ação Ordinária de Repetição de Indébito proposta pela Companhia, que pleiteou a restituição do Imposto de Importação pago a maior. O pedido tratou da diferença entre o percentual de 14% aplicado pela Receita Federal do Brasil e o percentual de 2% antecipadamente recolhido, relativos à Declaração de Importação - DI nº 14/0421739-0.

Em setembro de 2025, foram realizadas duas Assembleias Gerais Extraordinárias com a participação dos acionistas Novonor S.A. e Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, nas quais foram apreciadas e deliberadas as seguintes matérias:

Na AGE de 26 de setembro de 2025 foi aprovada a aquisição, pela Companhia, da totalidade das ações de sua própria emissão detidas pelo FI-FGTS, nos termos do Art. 30, §1º, al. “b” da Lei nº 6.404/76, com utilização de reservas da Companhia. Como consequência, autorizou-se a Diretoria a firmar o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com o referido acionista, cuja eficácia da transação resta condicionada às aprovações necessárias dos órgãos de governança do FI-FGTS.

Na AGE de 29 de setembro de 2025 foram analisadas as ações adotadas em relação ao Plano de Liquidação dos investimentos da Companhia e suas controladas e por unanimidade de votos os acionistas reconheceram a conclusão dos atos relacionados aos desinvestimentos das participações societárias detidas pela Companhia e suas controladas, e aprovaram a retomada das atividades ordinárias da Companhia. Essas deliberações não implicaram efeitos financeiros relevantes nas demonstrações contábeis do exercício, mantendo-se a estrutura patrimonial e operacional da Companhia.

1.2 Recuperação judicial do Grupo Novonor

Em 17 de junho de 2019, a controladora direta Novonor e controladoras indiretas ODBINV S.A – Em Recuperação Judicial (“ODBINV”) e Kieppe Participações e Administração Ltda – Em Recuperação Judicial (“Kieppe”) bem como outras 17 empresas do Grupo Novonor, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05 (“RJ”).

Ao longo dos anos 2020 e 2022 a Novonor e todas as demais empresas tiveram seus planos aprovados e homologados. A Novonor e suas controladas seguem cumprindo as determinações dos respectivos Planos.

1.3 Autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

A autorização para emissão dessas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria Executiva em 13 de maio de 2026.

2. Base de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Políticas contábeis

As políticas contábeis da Companhia estão consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior, exceto por aquelas normas apresentadas na Nota 2.2 (a) Novas normas e interpretações adotados no exercício corrente.

Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras, as políticas contábeis significativas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

- (a) Novas normas e interpretações adotados no exercício corrente
As seguintes normas passaram a ser efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025:

- Alterações da IAS 12 relacionadas ao Pilar II

Em 27 de dezembro de 2024 foi publicada a Lei nº 15.079/2024, que instituiu o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no contexto da adaptação da legislação tributária brasileira às Regras Globais contra a Erosão da Base Tributária (GloBE), no âmbito do Pilar 2 da OCDE. Referida norma tem por objetivo assegurar uma tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros de grupos multinacionais com receita consolidada anual igual ou superior a € 750 milhões (aproximadamente R\$ 4,86 bilhões).

O adicional aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025, sendo devido apenas nos casos em que a alíquota efetiva apurada para as entidades localizadas no Brasil, conforme as regras GloBE, seja inferior ao patamar mínimo estabelecido.

Com base nas análises preliminares realizadas, a Administração concluiu que não foram identificados impactos decorrentes da aplicação das regras do Pilar 2 nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não sendo requerido, portanto, o reconhecimento de passivos tributários correntes ou ajustes em ativos e passivos fiscais diferidos. Eventuais efeitos futuros dependerão do desempenho operacional da Companhia, da evolução da carga tributária efetiva e de regulamentação complementar.

- Emenda CPC 02 (R2)/IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis Subsidiárias sem Responsabilidade Pública

As modificações implementadas exigem que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda e, quando não puder, determinar a taxa de câmbio a ser usada e as divulgações a serem fornecidas.

- ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

A revisão (R3) do ICPC 09 foi emitido com o objetivo de alinhar a redação da referida norma com a do CPC 18 (R3), a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores à sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações descritas acima não causaram efeitos materiais nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

- (b) Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas já emitidas, mas não em vigor até a data de emissão destas demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas não adotaram essas normas antecipadamente na preparação destas demonstrações financeiras:

- Emenda IFRS 7 e IFRS 9 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações abordarão a diversidade nas práticas contábeis e, assim, tornarão os requisitos mais compreensíveis e coerentes. Dentre os quais, estão:

- i) Classificação dos ativos financeiros com ESG e características semelhantes;
- ii) Liquidação de passivos por meio de sistemas de pagamento eletrônico.

Com essas alterações, o IASB também introduziu requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência. As alterações entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e não temos impactos da emenda, pois não há operações desta natureza.

- Norma IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública

A norma permite que subsidiárias que não tenham responsabilidade pública e que se o seu controlador final produzir demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS, forneçam divulgações reduzidas ao aplicar as normas contábeis internacionais na elaboração das suas demonstrações financeiras. A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis.

A norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027 e estamos avaliando se alguma controlada adotará a norma.

- Norma CPC 51/IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras

IFRS 18 Nova norma contábil que busca padronizar a apresentação das demonstrações financeiras, oferecendo aos investidores melhor base para análise e comparação.

- Emenda Constitucional nº 132/2023 – Reforma Tributária sobre consumo

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que institui a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado em um IVA dual repartido em duas esferas, uma federal (CBS – Contribuição sobre Bens e Serviços), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (IBS – Imposto sobre Bens e Serviços), que substituirá o ICMS e o ISS (estadual e municipal). Foi também criado o IS – Imposto Seletivo, de competência federal, aplicado a bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Em janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025 que regulamentou parte da Reforma Tributária. Os efeitos da Reforma Tributária serão plenamente conhecidos quando finalizadas as regulamentações dos temas pendentes via Lei Complementar e quando ocorrer a definição das alíquotas que serão aplicadas.

Já em janeiro de 2026 foi publicada a Lei Complementar 227/2026, que tem por objetivo principal regulamentar o funcionamento do Comitê Gestor do IBS (CG IBS). Esse Comitê, composto por representantes de Estados e Municípios, será responsável por coordenar a arrecadação, fiscalização, cobrança, distribuição da receita e uniformização da legislação do novo imposto. Além disso, referida Lei define o novo processo administrativo tributário aplicável ao IBS.

Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma Tributária nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

A Administração da Companhia e suas controladas estão em processo de avaliação dos pronunciamentos, alterações e interpretações das normas contábeis descritas acima e não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

2.3 Consolidação

(i) Investimentos em entidades contabilizados pelo Método de Equivalência

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e referendadas pelo CFC. Os ajustes feitos nas demonstrações financeiras individuais são igualmente feitos nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuíveis aos acionistas da controladora.

(ii) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre as empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

(iii) Empresas Consolidadas

As demonstrações financeiras da Companhia abrangem as informações da Companhia e de suas controladas nas quais mantém controle acionário ou controle das atividades, direta ou indiretamente, tendo as seguintes principais participações:

		Participação no capital social (%)	
	Local de constituição e operação	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
<u>Direta:</u>			
Novonor Ambiental S.A. ("NA")	Brasil (SP)	100,00	100,00
Odebrecht Ambiental Peru S.A. ("OA Peru") (i)	Peru	100,00	100,00

(i) Empresa em liquidação

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

(b) Transação e saldos

As operações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nos quais os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, em "Resultado Financeiro, líquido" (Nota 15).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e Julgamentos significativos
12	Provisão para processos judiciais

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de câmbio, taxas de juros, indexadores de preços, risco de crédito (decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber) e risco de liquidez para cumprir suas obrigações com passivos financeiros.

A gestão de riscos segue políticas aprovadas pela Administração da Companhia e das suas controladas. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento. Os principais riscos identificados estão descritos a seguir.

(a) Riscos de crédito

O risco de crédito decorre, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira ou do cliente envolvido.

A Companhia e suas controladas buscam manter um volume de disponibilidades suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados nos planos de negócios; e (iii) às condições adversas que possam demandar maiores fluxos de capital de giro.

Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno compatível com a volatilidade máxima determinada pela política de investimentos e de riscos; (ii) buscar uma alta pulverização da carteira consolidada; (iii) evitar o risco de crédito decorrente de concentração em poucos títulos; e (iv) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado, seja no Brasil ou no exterior.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia e suas controladas prioriza instrumentos de baixo risco e instituições financeiras de primeira linha.

A Administração monitora continuamente o risco de crédito e entende que não há exposição relevante a perdas esperadas.

(b) Riscos de liquidez

É o risco da Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pelas áreas de tesouraria das empresas.

5. Instrumentos financeiros por categoria - Consolidado

	Notas	Ativos mensurados ao custo amortizado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e equivalentes de caixa	6	50.862	57.443
Fundos restritos	7	9.805	
Sociedades do grupo Novonor	8	198	570
Depósitos judiciais e outros ativos (i)		1.048	1.200
		<u>61.913</u>	<u>59.213</u>
		Passivos mensurados ao custo amortizado	
		31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Fornecedores e outros passivos		4.407	4.221
Sociedades do grupo Novonor	8	4.571	4.774
		<u>8.978</u>	<u>8.995</u>

- (i) Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo de "Outros ativos", uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

Política contábil

(a) Reconhecimento inicial

Um ativo financeiro (a menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) é inicialmente reconhecido ao seu valor justo mais os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição. O passivo financeiro é inicialmente reconhecido ao seu valor justo, porém reduzido dos custos de transação à sua emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornarem parte das disposições contratuais do instrumento.

(b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor justo por meio do resultado (VJR):

- (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros a custo amortizado - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos e, quando aplicável, reduzido por perdas ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a perda ao valor recuperável são reconhecidos no resultado, assim como, qualquer ganho ou perda no seu desreconhecimento.

Passivos financeiros a custo amortizado - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

São subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado financeiro, exceto quando o passivo financeiro for designado como instrumento de *hedge*. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Fundo fixo		1		1
Bancos conta movimento	4		50	5
Aplicações financeiras (i)	153		50.812	57.437
	<u>157</u>	<u>1</u>	<u>50.862</u>	<u>57.443</u>

- (i) Aplicação em fundo de investimento privado com liquidez diária e com rendimento médio de 101,32% do CDI.

Política contábil

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de renda fixa de alta liquidez e com capacidade de resgate em prazo inferior a três meses à data da contratação.

Como equivalentes de caixa são consideradas aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

7. Fundos restritos

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de R\$ 9.805 apresentado na rubrica de Fundos restritos, corresponde a recursos mantidos em conta *Escrow*, estabelecida em acordo com o acionista FI-FGTS. Esse valor encontra-se vinculado a condições específicas de uso, portanto, são considerados recursos restritos, não compondo as disponibilidades da Companhia.

Política contábil

Os fundos restritos são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado ou valor justo por meio do resultado, geralmente incidem juros e podem constituir garantias.

Novonor Ambiental Participações S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Sociedades do grupo Novonor

	Controladora				Consolidado			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Contas a receber								
Novonor (i)					12	564		
Novonor Defesa e Tecnologia S.A. ("NDT")					94			
Neo Invest S.A. ("Neo Invest")					86			
Outros					6	6		
Dividendos a receber								
NA	7.852	17.552						
Contas a pagar								
CNO S.A. ("CNO")							3.927	3.928
Outras contas a pagar								
CNO							632	834
NA			118	118				
Mútuo								
NA (ii)			21.815	21.815				
Novonor							12	12
	7.852	17.552	21.933	21.933	198	570	4.571	4.774
Circulante					180		3.927	4.130
Não circulante	7.852	17.552	21.933	21.933	18	570	644	644
	7.852	17.552	21.933	21.933	198	570	4.571	4.774

(i) Em dezembro de 2025, a controlada NA constituiu provisão para Perda Estimada de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) referente a crédito inscrito no quadro geral de credores do plano de recuperação judicial da Novonor. O valor provisionado totalizou R\$ 552, líquido da compensação efetuada com valorem a pagar à Novonor.

(ii) Contrato de mútuo firmado com a controlada NA, sem incidência de juros;

9. Tributos a recuperar – Consolidado

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Imposto sobre serviços ("ISS") (i)	1.405	1.405
Imposto de renda	2.856	2.454
Contribuição social	302	265
PIS e COFINS	126	126
INSS a recuperar	33	33
Outros	2	1
	<u>4.724</u>	<u>4.284</u>

(i) ISS objeto de restituição junto à Prefeitura de Camaçari (BA), na controlada NA.

10. Tributos a pagar

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Imposto de renda e contribuição social	949	775
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	43	36
PIS - Programa de Integração Social	7	6
Outros	27	6
	<u>1.026</u>	<u>823</u>

11. Investimentos

(a) Investimento direto

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía a seguinte participação acionária na controlada direta NA:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Quantidade de ações possuídas	547.699.682	547.699.682
Participação direta (%)	100	100
Patrimônio líquido	56.431	53.555
Lucro líquido do exercício	2.876	2.298

(b) Movimentação dos investimentos

	Saldo no início do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo no final do exercício
Em 31 de dezembro de 2025	53.555	2.876	56.431
Em 31 de dezembro de 2024	51.257	2.298	53.555

Política contábil

A política contábil foi mencionada na Nota 2.3 Demonstrações Financeiras Consolidadas.

12. Provisão para processos judiciais – Consolidado

12.1 Provisão para processos judiciais

A Companhia e sua controlada são demandadas em ações judiciais e administrativas diversas de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e cível. Os processos avaliados pelos assessores jurídicos com prognóstico de perda provável são provisionados, e os processos avaliados com prognóstico de perda possível ou remota não são provisionados. Eventual mudança no andamento processual e/ou de entendimento no posicionamento das cortes poderá impactar no futuro as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência de tais processos.

(a) Composição por Natureza - Causas prováveis

O cálculo da provisão cível, trabalhista e tributária foi elaborado em consonância com a avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia e sua controlada são rés e para as quais a classificação de perda é provável.

	Reclamações cíveis	Reclamações tributárias	Reclamações trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2025	1.500	51	1.355	2.906
Em 31 de dezembro de 2024	1.500	47	1.857	3.404

(b) Passivos contingentes - Causas possíveis

A Companhia e sua controlada possuem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Em 31 de dezembro de 2025, esses processos de perdas possíveis somam o montante de R\$ 49.134 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 297.590).

	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Em 31 de dezembro de 2025	7.971	344	40.819	49.134
Em 31 de dezembro de 2024	264.485		33.105	297.590

Dentre as ações classificadas como possíveis, podemos destacar as ações de maior relevância na controlada Novonor Ambiental S.A. ("NA"), as listadas abaixo:

Cível

Ação de improbidade – Processo nº 1048739-06.2020.4.01.3400 no montante atualizado de R\$ 524.603, referente ao pedido de imposição de indisponibilidade de bens feito pelo Ministério Público Federal, seja porque não estão satisfeitos os requisitos autorizadores, sobretudo com as mudanças ocorridas na Lei n. 8.429/92, seja porque houve indeferimento de pedido semelhante com relação a colaborador na seara criminal, sem interposição de recurso pelo Ministério Público Federal. Atualmente, a ação está em fase recursal, após a petição inicial ser indeferida por ausência de indícios do dolo necessário para a configuração do ato de improbidade. A chance de perda foi classificada como remota pelos consultores.

Tributário

- (i) Processo nº 0507639-50.2018.8.05.0039 no montante atualizado de R\$ 13.589, referente a Execução Fiscal ajuizada pelo Município de Camaçari referente à cobrança de ISS do período entre 10 de abril de 2014 e 10 de dezembro de 2014. A controlada NA apresentou Exceção de Pré-Executividade pendente de julgamento (Serviços prestados à Petrobras).
- (ii) Processo nº 13888.724372/2017-95 no montante atualizado de R\$ 8.582, referente a auto de infração que tem como objeto a glosa de despesas que foram supostamente deduzidas de forma indevida, para fins de apuração do IRPJ e da CSLL. Além de majorar a base de cálculo dos referidos tributos, a Fiscalização exigiu IRRF por pagamentos supostamente sem causa e impôs multa de ofício. A controlada NA apresentou Impugnação, julgada parcialmente procedente, sendo interposto Recurso Voluntário contra a decisão, pendente de julgamento.
- (iii) Processo nº 10880.926106/2017-87 no montante atualizado de R\$ 12.519, referente ao Despacho Decisório que deferiu parcialmente o PER/DCOMP realizado. O referido PER/DCOMP visa a quitação de débitos tributários por meio da compensação de saldo negativo de IRPJ. A controlada NA apresentou Manifestação de Inconformidade, que foi julgada improcedente, sendo interposto Recurso Voluntário que atualmente aguarda-se julgamento.

Política contábil

As provisões para processos judiciais (trabalhistas, fiscais, societário, cível e outros) são reconhecidas quando: (i) A Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada - *constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e que são estimáveis com segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

13. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 16.127, composto por 1.701.838.643 ações ordinárias, representado da seguinte forma:

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Novonor	70	70	11.289	11.289	1.191.287.050	1.191.287.050
FI-FGTS	30	30	4.838	4.838	510.551.593	510.551.593
	100	100	16.127	16.127	1.701.838.643	1.701.838.643

(b) Reserva de capital

A Companhia mantém registrada reserva de capital oriunda da incorporação de ações da antiga controladora Odebrecht Engenharia Ambiental S.A., realizada em 30 de setembro de 2014. Em 29 de dezembro de 2016, a Companhia utilizou parcialmente o saldo da reserva de capital para integralização de capital. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o montante de R\$ 368.720 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 368.720).

(c) Reserva de lucros

A Lei 6.404/76, e suas alterações posteriores, prevê a constituição de reservas de lucro e suas aplicações, bem como outorga ao Estatuto Social a constituições de reservas com finalidades específicas de acordo com a necessidade das empresas. Ao longo dos anos, a Companhia destinou o excedente de resultado como reserva de lucros sem especificar o tipo de reserva a que se referia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha as seguintes reservas de lucro:

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha o montante de R\$ 3.225 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 3.225) a título de reserva legal.

(ii) Reserva especial

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido, ajustado em consonância com a legislação em vigor. Entretanto, e na prerrogativa do artigo 202 parágrafos 4 e 5 da Lei 6.404/76, a Administração propôs a retenção dos dividendos mínimos obrigatórios relativos a lucros realizados como reserva especial. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha o montante de R\$ 127.665 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 126.892) a título de reserva especial.

(iii) Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi constituída com base em lucros não realizados, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, cuja realização futura se dará nos termos da legislação pertinente. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia detinha o montante de R\$ 194.602 (31 de dezembro de 2024 - R\$ 192.282) a título de reserva de lucros a realizar.

(d) Ajuste de avaliação patrimonial

Esta conta foi criada com base no disposto pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitam pelo resultado do exercício. O impacto desses valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o saldo do ajuste de avaliação patrimonial era composto pelos seguintes valores:

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Efeito do câmbio na conversão de balanço de investidas	13.093	13.093
Ágio na aquisição/incorporação de investimentos	(578.940)	(578.940)
Ganho e perda na participação societária	(92.224)	(92.224)
	<u>(658.071)</u>	<u>(658.071)</u>

(e) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o semestre. A Companhia não mantém ações em tesouraria.

	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	3.093	2.298
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>1.701.839</u>	<u>1.701.839</u>
Lucro básico por lote de mil ações (em R\$)	<u>1,82</u>	<u>1,35</u>

14. Despesas por natureza

	Controladora	Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Classificadas por natureza:			
Gasto com pessoal		(1.709)	(1.652)
Auditorias, consultorias e assessorias	(36)	(1.108)	(1.544)
Outros serviços de terceiros	(8)	(686)	(305)
Provisão (Reversão) com processos trabalhistas, cíveis e ambientais (i)		498	(1.095)
Provisão de crédito de liquidação duvidosa (ii)		(552)	
Outras receitas e despesas (iii)	(23)	(92)	1.014
	<u>(67)</u>	<u>(3.649)</u>	<u>(3.582)</u>
Classificadas por função:			
Gerais e administrativas	(67)	(3.097)	(4.751)
Outras receitas (despesas) líquidas		(552)	1.169
	<u>(67)</u>	<u>(3.649)</u>	<u>(3.582)</u>

- (i) Refere-se substancialmente ao ajuste das provisões para processos judiciais, realizado com o objetivo de adequar o saldo contábil às melhores estimativas dos passivos contingentes classificados como perda provável. (Nota 12).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ii) Em 31 de dezembro de 2025, refere-se a PECLD conforme descrito na Nota 8.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2024, refere-se substancialmente a ingresso de recursos decorrentes do êxito na Ação Ordinária de Repetição de Indébito proposta pela Companhia, que pleiteou a restituição do Imposto de Importação pago a maior. O pedido tratou da diferença entre o percentual de 14% aplicado pela Receita Federal do Brasil e o percentual de 2% antecipadamente recolhido, relativos à Declaração de Importação - DI nº 14/0421739-0.

15. Resultado financeiro, líquido

	Controladora	Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	351	7.926	5.921
Variações monetárias e cambiais		193	120
Outras receitas (i)		6	990
	351	8.125	7.031
Despesas financeiras			
Despesas com juros, multas e comissões bancárias	(5)	(8)	(55)
Tributos sobre operações financeiras	(18)	(391)	(328)
Variações monetárias e cambiais		(27)	(44)
	(23)	(426)	(427)
Resultado financeiro, líquido	328	7.699	6.604

- (i) Em 31 de dezembro de 2024, refere-se à ação Ordinária de Repetição de Indébito referente a diferença de percentual no imposto de importação em que a controlada NA requereu a restituição.

16. Imposto de renda e contribuição social correntes

(a) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2025	31 de dezembro de 2024
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	3.137	2.298	4.050	3.022
	3.137	2.298	4.050	3.022
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(1.067)	(781)	(1.377)	(1.027)
Efeito das exclusões (adições) permanentes	1.023	781	930	303
Equivalência patrimonial	978	781		
Prejuízo fiscal (ano corrente) não constituído IR/CS diferido	27		409	299
Outros (*)	18		521	4
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(44)		(447)	(724)

(*) Inclui a parcela não incidente de 10% de adicional de IR, IR e CS sobre as despesas indedutíveis (adicionadas).

* * *